



ENTREVISTA COM O PROF. DR. CARLOS SÁVIO G. TEIXEIRA (UFF)

1. **Revista Artífices:** Fale um pouco sobre sua formação e trajetória profissional.

Carlos Sávio: Eu me formei em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, no ano de 1997. Até então eu tinha vivido no interior do estado do Rio de Janeiro (passei a minha infância em Visconde de Imbé, distrito do município de Trajano de Moraes e a adolescência em Cantagalo, Cordeiro e Nova Friburgo) e, ao chegar à UFF, experimentei uma dupla sensação: por um lado, uma abertura de horizontes, com novas pessoas, novos valores, novas ideias; mas, por outro lado, a percepção difusa (que viria a me ocupar intelectualmente mais tarde) do caráter postizo e em certa medida superficial de todo aquele ambiente. A manifestação mais viva disso era cultural: eu fui acostumado no interior, musicalmente, com o estilo que o meu amigo Paulo César de Araújo, historiador da MPB que conheci na UFF nesta época, classificou como “baladas românticas”, estilo cuja expressão maior é Roberto Carlos. Na cultura universitária de classe média esse estilo era quase um pecado. Falar de amor, a coisa mais importante da vida, era secundária diante da denúncia e do protesto contra a ordem social.

2. **Revista Artífices:** E como foi a experiência na pós-graduação?

Carlos Sávio: Logo em seguida a graduação, na qual eu me formei no bacharelado e na licenciatura, eu fiz mestrado em Comunicação também na UFF. Havia me interessado, ainda na graduação, pela dimensão comunicativa da política. Acabei pesquisando o papel da mídia no processo eleitoral. Isso virou um livro, intitulado “A Grande Imprensa e as Eleições de FHC – As atuações da Folha de S. Paulo, O Globo, Estadão e JB”. Mas nesta experiência no campo da comunicação, dominado por tendências intelectuais pós-modernistas que considero degeneradas, confirmei que minha vocação era o estudo da política. Isso me levou a um segundo mestrado, agora em ciência



política, na USP. A ida para São Paulo – cidade que pode ser definida como a capital da modernidade periférica capitalista – foi uma experiência importante. Lá, eu vi a vitalidade brasileira em sua forma concentrada e distorcida. No mestrado na USP, comecei a estudar a obra do filósofo brasileiro Mangabeira Unger, alguém que eu havia conhecido através de um programa de TV no início dos anos 90. Mangabeira me chamou a atenção inicialmente por seu posicionamento político de rejeição contundente ao ideário tucano-petista, então predominante na academia e na mídia brasileiras. E na USP eu também fiz o meu doutorado em ciência política, dedicado ao aprofundamento da análise da teoria social e política de Unger. Ao longo do período destes cursos de Pós-graduação, comecei a lecionar em universidades privadas e na própria UFF como professor substituto (temporário).

3. Revista Artífices: Mas a sua trajetória de ligação com a política não se deu apenas no plano do ensino, correto?

Carlos Sávio: Exato. Em 2007, Mangabeira se tornou ministro do governo Lula e me convidou a trabalhar com ele em Brasília. Eu, que o conhecia há pouco tempo e tinha com ele uma relação meramente episódica, aceitei o convite como a um desafio pessoal e profissional. Foi uma experiência fascinante. Conhecer presencialmente todo o país, indo a trabalho a todos os estados e neles conhecendo capitais e pelo menos uma cidade do interior. Além de conviver com a burocracia federal (e em alguns casos a estadual e a municipal), e conhecer membros da classe política e da elite brasileiras. Mais tarde, o meu orientador de tese na USP, Fernando Haddad, que se tornou político famoso e candidato à presidência da República, disse que essa experiência ao lado de meu objeto de estudo no ministério havia sido um segundo doutorado. Em 2009, eu saí do governo e defendi a tese na USP e, em 2010, fui aprovado em concurso público para professor da UFF, na área de ciência política, onde estou até hoje. Em 2015, retornei ao governo federal a convite de Mangabeira que, por breve período, foi novamente ministro da



pasta de Assuntos Estratégicos. Tive, portanto, a oportunidade e o privilégio de aliar a teoria à prática em minha trajetória profissional.

4. Revista Artífices: O que você tem estudado/pesquisado?

Carlos Sávio: Academicamente tenho me dedicado a dois grandes temas. Na teoria política, venho analisando como o pensamento contemporâneo foi sendo dominado por tendências antitransformadoras e como estas tendências passaram a ser consideradas “progressistas”. Isso tem a ver com o declínio do prestígio do marxismo no interior das Ciências Sociais, causado pelo descrédito de suas teses mais heroicas, e o desapontamento da esquerda em geral com as experiências do socialismo real, que sacudiram o século XX, mas acabaram por ter um epílogo que de muitas maneiras foi funesto. E um segundo tema é o pensamento social e político brasileiro. Eu venho desenvolvendo uma perspectiva de classificação das principais correntes de nossa inteligência dedicada a explicar o país. Considero que a história intelectual brasileira legou três grandes paradigmas explicativos sobre o Brasil: O Construtivismo Institucional, o Liberalismo Culturalista e o Estruturalismo Sociológico. Cada um deles possui uma maneira de abordar o país (uma metodologia, com certas ênfases disciplinares) e uma orientação normativa (um programa político institucional, em alguns casos explícitos e em outro, implícito). E todos eles foram, de certa forma, traduzidos em projetos políticos ao longo de nossa história republicana. O Construtivismo Institucional foi a base intelectual do trabalhismo histórico brasileiro, que por sua vez nos legou o grande arcabouço institucional do corporativismo varguista, responsável pela modernização brasileira. O liberalismo culturalista emprestou sua visão tanto à UDN em meados do século passado quanto ao PSDB desde finais da década de oitenta até hoje. E o Estruturalismo Sociológico é a perspectiva que orienta a esquerda convencional, desde o antigo PCB de Prestes até o PT.



5. Revista Artífices: Fale um pouco mais sobre essa sua tipologia do pensamento brasileiro.

Carlos Sávio: A tese é a de que cada uma dessas correntes de pensamento possui um conjunto coerente de elementos, permitindo seu agrupamento por compartilharem preocupações metodológicas e explicações substantivas sobre o Brasil. O Construtivismo Institucional tem como preocupação central entender o processo de constituição da Nação. Sua ênfase analítica não recai sobre uma parte do país e seus problemas como a questão da desigualdade que ocupa lugar especial no estruturalismo sociológico ou a suposta transplantação da institucionalidade portuguesa para o Brasil como imaginam os liberais culturalistas. Assim, do ponto de vista metodológico os construtivistas institucionais jamais enxergaram o Brasil como uma meta-estrutura do tipo que o estruturalismo sociológico vê na formação do capitalismo que segundo eles nos caracteriza. Da mesma maneira, nunca acreditaram na espécie de “estrutura profunda” da cultura (ideias e práticas) ibérica que onipresente no Brasil nos impediria de experimentar a modernização vivenciada, por exemplo, pelos EUA. Por não se deixarem sensibilizar por essas premissas, os construtivistas focaram desde sempre no desenho das instituições que poderiam melhor enfrentar nossos problemas. Oliveira Vianna, representante destacado do construtivismo institucional e que tem uma original interpretação de nossa formação histórica na qual a problemática rural teve grande destaque, foi o principal formulador do arranjo institucional que regulou as relações entre capital e trabalho no Brasil na aurora de nossa construção modernizadora, quando o mundo baseado no ruralismo estava sendo suplantado. Ele foi consultor do Ministério do Trabalho do governo de Getúlio Vargas. O Construtivismo teve duas fases bem definidas: a primeira, de estirpe autoritária, via no Estado o único agente capaz de instituir o desenvolvimento de um tipo de capitalismo onde as liberdades civis e todos os seus corolários eram mais importantes do que as liberdades políticas; a segunda fase emerge quando as circunstâncias de afirmação da civilização brasileira foram estabelecidas pelo estado autoritário e este cede espaço pela própria evolução de sua



obra. A tarefa agora é democratização social do país, sem o espírito “liberticida”. Esta é a fase do nacional desenvolvimentismo dos anos 50. Já o liberalismo culturalista sempre enxergou a sociedade brasileira como marcada pelo personalismo, cuja contrapartida institucional se expressa no âmbito estatal em que o patrimonialismo deita e rola. Daí resulta um país com feição iliberal, cronicamente incapaz de separar o público e o privado, condição indispensável para superação de nosso atraso. Seu programa político tem na questão da representação política e na autonomia da chamada sociedade civil organizada um contraponto à perspectiva que vê o Estado como instituição fundamental na superação do subdesenvolvimento. Seus expoentes entre nossa intelectualidade são Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto da Matta. O terceiro grande paradigma de explicação do Brasil em nosso pensamento social e político é o estruturalismo sociológico. Sua maior ambição analítica é descrever a revolução burguesa que instituiu o capitalismo no Brasil, realçando que uma de suas principais consequências tem sido a constituição de uma ordem social marcada pela exclusão de grande contingente de pessoas transformadas em ralé social. O seu programa político-institucional costumava oscilar entre a defesa da revolução e a prática do estatismo e do corporativismo. Mais recentemente, com o esmaecimento da ideia de socialismo, partidos e políticos que se deixam influenciar por essa corrente como o PT, acabam praticando um neoliberalismo combinado com redistributivismo marginal. Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Jessé Souza são exemplares dessa perspectiva.

6. Revista Artífices: E como a discussão desse temário se liga ao atual contexto brasileiro?

Carlos Sávio: Essas duas agendas teóricas a que fiz referência a pouco me empurraram para o contexto brasileiro, que no período histórico em que me formei e tenho atuado profissionalmente tem sido dominado por aquele espírito centrista (antitransformador) a que aludi. Na teoria política contemporânea, predomina a tendência que aceita a ordem institucional cuja característica fundamental é a coexistência de enormes desigualdades



compensadas por discursos de “inclusão” na ordem essencialmente excludente. Uma loucura que muitos - desorientados - ainda querem associar à esquerda e ao progressismo. O chocante é que usam um vocabulário com ideias diluídas do marxismo para embalar práticas derivadas do liberalismo, do tipo também mais diluído como o do filósofo americano John Rawls. Essa circunstância intelectual mais geral ganhou tradução no Brasil contemporâneo na defesa da ordem que vem com a Constituição de 1988, a chamada de Cidadã, mas que depois de 32 anos de vigência mantém a maioria dos brasileiros na condição de subcidadãos. É um escárnio associar isso a algum tipo de progressismo. O resultado deste rebaixamento de expectativas intelectuais e políticas acabou levando ao absurdo da eleição de Bolsonaro para presidente da República. Acabei de organizar com um colega um livro (a ser lançado em novembro de 2020) que se debruça analiticamente sobre o fenômeno do bolsonarismo. É um esforço de compreensão, para além das palavras de ordem do “militantismo universitário”, absolutamente inócua e alienante, das causas espirituais, intelectuais, sociais e políticas desse surpreendente desenlace da barafunda brasileira que foi a ascensão de uma figura com as características de Bolsonaro.

7. Revista Artífices: Como você avalia a construção histórica do processo civilizacional brasileiro, levando em consideração aspectos como cultura, trabalho, educação, inovação tecnológica e produção científica?

Carlos Sávio: O traço mais saliente de nossa formação histórica é o sincretismo. Ele tem manifestações positivas e negativas, mas é o que nos define em comparação com os outros povos. Ele está manifesto na composição étnica do país. Na estruturação religiosa. Na incapacidade de o país concluir vários processos de institucionalização, como a da profissionalização de uma burocracia estatal capaz. Uma maneira caricata de se perceber como esse traço pode assumir formas degeneradas e extremas por aqui é a orientação programática de nossos partidos políticos. No Brasil, o Partido Republicano tem base teocrática. O Partido Trabalhista tem inclinação patronal e conta entre seus



principais quadros com um ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria. O Partido da Cidadania, uma atualização do antigo Partido Comunista, possui clara adesão ao neoliberalismo. Identifico dois grandes macros processos que operaram como uma estrutura causal de nossa formação como país: de um lado, aquilo que Celso Furtado chamou de espírito de acampamento, responsável pela nossa dificuldade com projetos exigentes que se requerem um intenso sentimento de tarefa; De outro, o ruralismo prolongado e a escravidão, que combinados geraram uma sociedade com enorme dificuldade de construir laços de solidariedades, sem a “sentimentalização das trocas desiguais” de que falou Mangabeira Unger para descrever nossas relações sociais tradicionais. Essas forças negativas, entretanto, não impediram a construção de uma cultura duplamente vibrante no país. A nossa vida artística ostenta, como por exemplo na música, genialidades universais como a Bossa Nova e o Tropicalismo. E na dimensão econômica uma cultura empreendedora impressionante, apesar de desfalcada do requinte organizacional, científico e tecnológico, necessários a sua melhor fecundidade. No século XX, fomos capazes de realizar duas grandes transformações, a industrialização e a urbanização aceleradas, e a incorporação de enorme contingente de pessoas à arena político-eleitoral (na segunda metade do século), não gerando, no entanto, a diminuição de nossa indecente desigualdade social. É fenômeno singular na história contemporânea, como chamou atenção o maior cientista político brasileiro, Wanderley Guilherme dos Santos. E agora a situação ficou ainda mais dramática porque nosso último processo de “desenvolvimento” no período tucano petista foi marcado pela dissociação entre atividade econômica e conhecimento, pois baseado no aproveitamento de recursos naturais com baixa agregação de valor. O caso da agricultura é notável, pois não temos industrialização rural. E no campo da educação a situação passou do nível do dramático para o do desesperador: os nossos indicadores de qualidade educacional são vergonhosos. Temos um círculo vicioso que nos coloca em direção oposta a de atividades econômicas densas em uso da inteligência, que é a base de toda a vanguarda contemporânea.



8. Revista Artífices: Na sua avaliação, o que caracteriza o Brasil contemporâneo?

Carlos Sávio: No plano sociológico, há uma revolução de consciências em curso no país. Se do ponto de vista econômico, a nossa complexidade produtiva vem declinando desde os anos 80, ocorreu na sociedade também desde o início dos anos 80 uma transformação de grande monta do ponto de vista moral. A primeira expressão dela foi o acentuado nível do que podemos chamar de associativismo, particularmente para um país sem tradição nesse terreno. Isso foi uma das consequências da reação à ditadura militar e também das mudanças como a conclusão da urbanização do país. A criação de um partido como as características iniciais do PT é uma expressão dessa dinâmica. Outra manifestação da revolução de consciência, esta inicialmente mais silenciosa, foi a vertiginosa ascensão entre nós do pentecostalismo, muito particularmente no interior das classes populares, localizadas na periferia das regiões metropolitanas do país. Ambos os movimentos se desdobraram em raias paralelas na sociedade brasileira, mas tinham um inimigo comum: a sociedade tradicional brasileira e seus valores como o da “sentimentalização das trocas desiguais”. A expressão do primeiro tipo do movimento de mudança de atitude no Brasil pode ser descrita pelo apelo ao estabelecimento entre nós de uma cultura da obediência aos direitos, importada dos países do Atlântico Norte que sempre tomamos como referência. A segunda versão desse movimento de mudança de atitude se ancora numa perspectiva religiosa evangélica, que influencia grande parte dos emergentes brasileiros, e que deve ser descrita como um liberalismo para as massas, no qual o ideal de autoconstrução individual é seu norte fundamental. Em ambas, a exigência de respeito e o rechaço à lógica dos conluios (representado, por exemplo, no fascínio que o tema da corrupção exerce entre elas) são sua pedra de toque, mas seus agentes sociais são bastante distintos. Os que lutam pela entronização da cultura dos direitos no Brasil são geralmente de classe média, frequentaram a universidade e tem seu foco na luta contra as iniquidades (sejam elas, por exemplo, ambientais, sociais ou em relação às chamadas minorias). No caso dos emergentes, especialmente os evangélicos, o perfil é formado por maioria das classes populares ou classe média baixa,



não têm a sua atenção voltada para as referências metropolitanas como sua congênere de inspiração “cosmopolita”, e seu ideal é o da construção empreendedora, seja individual, econômica e social. Nela, o cultivo do trabalho duro e da disciplina (a noção de dever) como meios para o alcance de suas realizações contrasta com a ênfase dos discursos progressistas em que mudanças coletivas são pautadas pela compensação e inclusão (a noção de direito) como terapia dos problemas passados e presentes. Numa, a aceção da agência é afirmada sob a influência do sentimento de vitimização. Na outra, o cerne da agência é estruturado na reação contra as adversidades da vida percebidas como desafios morais. Essas duas perspectivas sofrem, de maneiras distintas, de um déficit a respeito da imaginação dos meios de como enfrentar o fundo causal - e transformá-lo - dos problemas que desejam solucionar.

9. Revista Artífices: Partindo desses aspectos - cultura, trabalho, educação, inovação tecnológica e produção científica - quais seriam os avanços e os desafios da formação do nosso processo civilizacional?

Carlos Sávio: O nosso principal desafio está na educação. Essa afirmação, na maior parte das vezes em que é invocada, assume o papel de um clichê entre os nossos bem-intencionados. Mas geralmente quem afirma ser o problema educacional o nosso maior desafio não atenta para os obstáculos reais que o enfrentamento desta tarefa reserva. Primeiro, o Brasil não tem a menor chance de encaminhar essa questão se seguir o padrão dominante usado hoje no mundo avançado nas políticas públicas para educação.

10. Revista Artífices: Por quê?

Carlos Sávio: As políticas públicas educacionais adotadas nos países de referência têm um cunho de ganhos marginais incrementais, pois seus sistemas educacionais estão consolidados e precisam apenas se reproduzir com os ajustes que todo desenvolvimento requer. Essa lógica aplicada ao Brasil levará 500 anos para produzir aqui o resultado



que propicia lá. Nós não estamos no estágio daqueles países e nem passamos pelos processos que eles já percorreram. Aqui no Brasil, precisamos de uma reforma revolucionária profunda, no bojo da qual as políticas públicas de ganhos marginais terão inclusive seus resultados potencializados. Os governos de FHC, Lula e Dilma conseguiram avançar na dimensão quantitativa da inclusão de milhares de nossos jovens que não tinham horizonte de frequentar uma escola. Para isso muitos programas foram criados e relativamente bem desenvolvidos. Mas não conseguiram enfrentar o problema da qualidade. A maioria de nossos estudantes é muito mal capacitada. O desperdício de nossos talentos é uma chaga que contradiz nossa natureza empreendedora e sincrética. Essa circunstância dramática tem várias causas como o corporativismo dos sindicatos de professores e a difícil ação coletiva dos beneficiários diretos das transformações educacionais, cujo enfrentamento tem altos custos que só conseguem ser pagos com algo que nos tem faltado como nação: um sentimento de tarefa e uma aspiração à grandeza. O Brasil ainda não se convenceu de sua originalidade.